

Câmara debate Centro Cultural

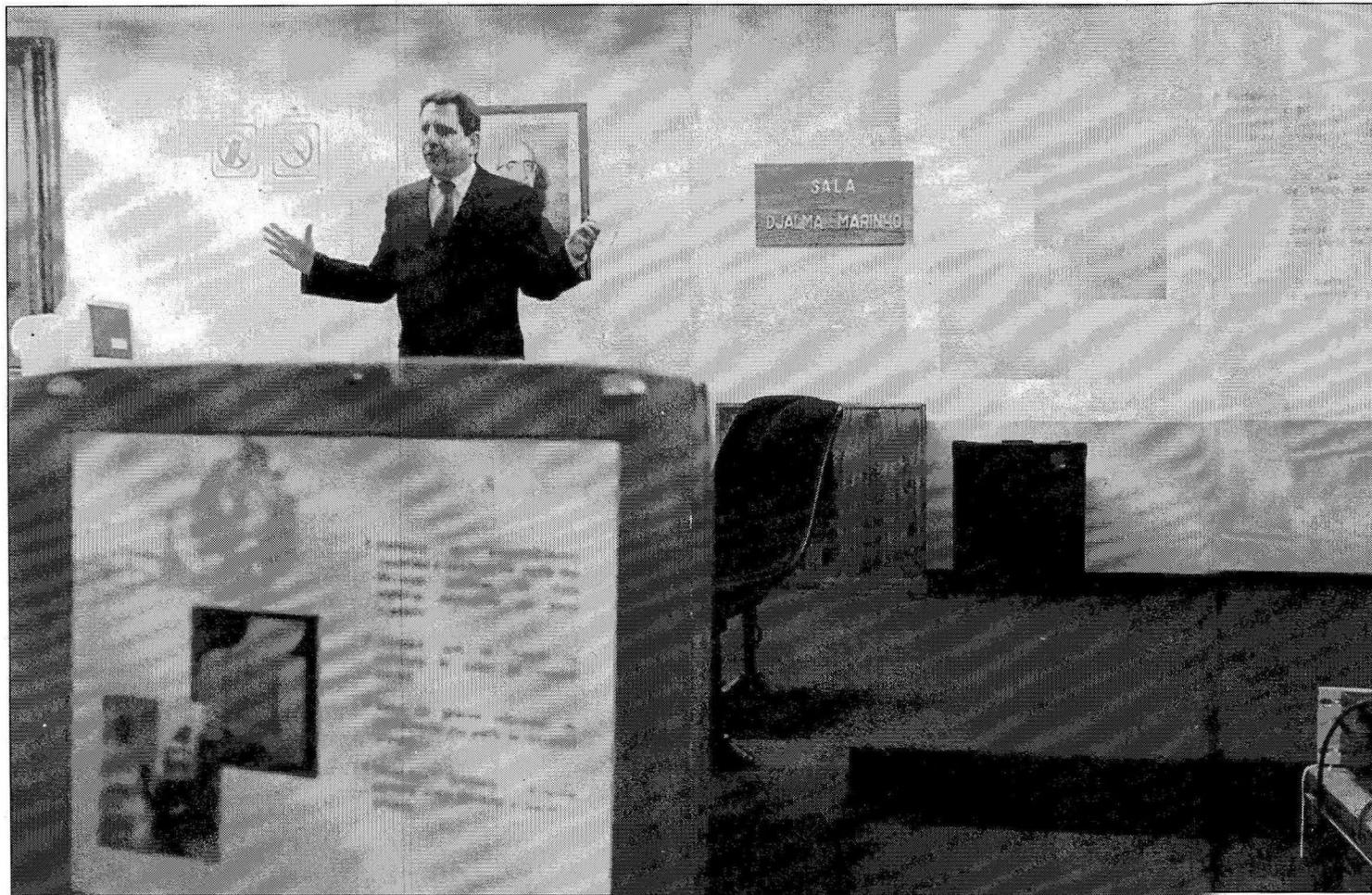
Secretário de Obras apresenta projeto e Iphan diz que divergências caminham para o fim

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE CULTURA DIZ QUE OBRA DEVE SER UMA LUTA DOS BRASILEIROS

MARIA EUGÊNIA

As divergências entre o GDF e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) sobre a manutenção da área tombada de Brasília estão próximas do fim. Na quarta-feira, o governo local assina termo de cooperação pelo qual se compromete a não aprovar obras no Plano Piloto sem a autorização do Iphan. O anúncio foi feito pelo presidente do Instituto, Carlos Henrique Heck. Uma das primeiras obras a serem examinadas após a assinatura do acordo será o Centro Cultural de Brasília, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer para concluir a cidade.

A novidade foi divulgada ontem, durante audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a obra do Centro Cultural. Vão assinar o termo o Iphan, a Secretaria de Habitação e a Administração Regional de Brasília. "Nada que interfira no projeto original de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer será construído sem uma profunda análise de



FOTOS: ICHIRO GUERRA

FILIPPELLI: "Sem recursos de outras fontes, não vamos nos lançar à aventura de iniciar a obra por uma questão meramente política"

um comitê que será constituído a partir da assinatura do acordo", garante Heck.

A criação desse comitê é uma das exigências que constam do relatório produzido, em 1994, pelo arquiteto colombiano German Sant Per, que a pedido da Unesco (órgão responsável pelo tombamento de Brasília como Patrimônio Histórico da Humanidade) esteve na cidade fazendo um monitoramento sobre a manutenção do projeto original do Plano Piloto. Outra exigência do arquiteto foi a conclusão do Eixo Monumental, com a construção do Centro Cultural.

O presidente do Iphan se mostrou profundamente impressionado com o projeto de Niemeyer e disse que o Instituto vai se empenhar na sua aprovação e na viabilização de recursos para concluí-lo. Mas, lembrou, será analisado o impacto da obra no centro da cidade e sugeridas eventuais mudanças para evitar, por exemplo, congestionamentos no centro de Brasília. "O Iphan será um dos principais parceiros do GDF para completar o Plano Piloto", destacou.

A realização da audiência foi uma iniciativa da deputada Marisa Serrano (PMDB/MG), presidente da Subcomissão de Cultura da Câmara dos Deputados, e faz parte da estratégia do GDF para conseguir incluir a obra no Orçamento Geral da União do ano que vem, viabilizando parte dos R\$ 42 milhões necessários para

dar a Brasília um museu nacional, uma biblioteca nacional, um grande auditório com capacidade para seis mil pessoas, um cinema 180 graus e um centro musical. Na verdade, caberá aos governos federal e local disponibilizar cerca de R\$ 20 milhões para a construção do museu e da biblioteca, que serão erguidos à margem do Eixo Monumental, próximo à Catedral, onde funciona o Gran Circo Lar. No outro lado, vizinho ao Teatro Nacional, serão construídos o cinema 180 graus e o centro musical com o auditório. Essa obra será licitada e entregue à iniciativa privada. Unindo as duas asas, uma galeria subterrânea, com iluminação natural, cercada por lojas e com estacionamento para mil veículos.

Segundo o deputado Agnelo Queiróz (PC do B/DF), a bancada local no Congresso Nacional vai propor uma emenda e garantir dinheiro para o início das obras. Para garantir a sua aprovação, entretanto, os parlamentares querem ter o apoio de todos os congressistas. "Essa luta tem que ser não só de Brasília, mas de todos os brasileiros", argumenta Marisa Serrano. Tarefa difícil que deve começar pela própria bancada do DF, já que dos 11 parlamentares, apenas três (Agnelo, Geraldo Magela (PT) e Paulo Octávio (PFL)) compareceram à audiência.

empenhado em fazer a obra e vai incluí-la em seu orçamento para o ano que vem. "Mas, sem recursos garantidos de outras fontes não vamos nos lançar à aventura de iniciar a obra por uma questão meramente política", disse a mais de 80 pessoas que lotaram o Plenário I da Ala das Comissões, a maioria delas funcionários da Secretaria de Cultura, representantes de entidades ligadas à arquitetura e bibliotecárias interessadas na construção da Biblioteca Nacional de Brasília. (M.E.)

empenhado em fazer a obra e vai incluí-la em seu orçamento para o ano que vem. "Mas, sem recursos garantidos de outras fontes não vamos nos lançar à aventura de iniciar a obra por uma questão meramente política", disse a mais de 80 pessoas que lotaram o Plenário I da Ala das Comissões, a maioria delas funcionários da Secretaria de Cultura, representantes de entidades ligadas à arquitetura e bibliotecárias interessadas na construção da Biblioteca Nacional de Brasília. (M.E.)

empenhado em fazer a obra e vai incluí-la em seu orçamento para o ano que vem. "Mas, sem recursos garantidos de outras fontes não vamos nos lançar à aventura de iniciar a obra por uma questão meramente política", disse a mais de 80 pessoas que lotaram o Plenário I da Ala das Comissões, a maioria delas funcionários da Secretaria de Cultura, representantes de entidades ligadas à arquitetura e bibliotecárias interessadas na construção da Biblioteca Nacional de Brasília. (M.E.)



WLADIMIR Murtinho: "Parece que só agora a idéia vai sair do papel"

Parte dos recursos deverá vir do BID

Parte do dinheiro necessário à obra deve vir do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde o Ministério da Cultura conseguiu aprovar financiamento para recuperação e revitalização de 57 sítios históricos e 43 cidades tombadas como patrimônio nacional ou da humanidade. Brasília é uma delas, garante Wladimir Murtinho, assessor do ministro da Cultura, Francisco Weffort. "Em tese, Brasília já está incluída", disse durante a audiência pública.

Murtinho, que já esteve à frente da Secretaria de Cultura do DF, disse que há 30 anos se fala na complementação de Brasília com a construção do Centro Cultural. "Mas parece que só agora a idéia vai sair efetivamente do papel", disse. Para ele, "ao invés de uma cidade morta à noite, teremos um centro vivo".

Quem também defendeu a obra foi a coordenadora de Cultura da Unesco, Briane Bicca. Ela lembrou que Brasília é a única cidade moderna

tombada e que a mesma força política feita em 1986 para inscrever a capital da República como patrimônio mundial deve ser repetida agora para erguer o projeto de Niemeyer. "Muita gente não se lembra, mas o tombamento de Brasília, uma cidade inteira, criou muita polêmica na Unesco e virou até livro de um professor da Sorbone", explicou.

A apresentação do projeto foi feita pelo secretário de Obras, Tadeu Filippelli. De acordo com ele, o GDF está

empenhado em fazer a obra e vai incluí-la em seu orçamento para o ano que vem. "Mas, sem recursos garantidos de outras fontes não vamos nos lançar à aventura de iniciar a obra por uma questão meramente política", disse a mais de 80 pessoas que lotaram o Plenário I da Ala das Comissões, a maioria delas funcionários da Secretaria de Cultura, representantes de entidades ligadas à arquitetura e bibliotecárias interessadas na construção da Biblioteca Nacional de Brasília. (M.E.)